



O Trote Universitário como Violência Espetacular

Antonio Alvaro Soares Zuin

RESUMO – O Trote Universitário como Violência Espetacular. As origens dos trotes são tão antigas quanto à própria universidade. As barbáries cometidas pelos veteranos em seus calouros, por ocasião do ingresso na vida universitária, podem ser observadas desde as primeiras universidades europeias. Esse artigo tem como principal objetivo investigar as determinações históricas do trote universitário e argumentar que, diante da chamada sociedade do espetáculo, o trote encontra, nas novas tecnologias, um espaço bastante profícuo não só para ser divulgado, como também para reforçar o seu recrudescimento. Nessa sociedade, somente as imagens de barbáries mais cruéis, incluindo as dos trotes, é que se destacarão frente às demais e, assim, conquistarão a atenção dos seus consumidores que se tornam ávidos pelo contato com estímulos audiovisuais cada vez mais chocantes e agressivos.

Palavras-chave: Trote. Universidade. Sociedade do Espetáculo. Teoria Crítica. Indústria Cultural.

ABSTRACT – The University Hazing as Spectacular Violence. The origins of hazing are as old as the origins of the university itself. Barbarism as committed by older students against younger students in the beginning of their university lives can be observed since the first European universities. The main objective of this article is to investigate the historic determinations of hazing and to argue that, in front of the so called spectacular society, this practice finds in the new technologies a very productive space not only to be spread but also to reinforce its growth. In this society, only the cruelest images, including hazing, stand out from the others and thus get the attention of the consumers, who become avid for contact with increasingly shocking and aggressive audiovisual stimuli.

Keywords: Hazing. University. Society of the Spectacle. Critical Theory. Cultural Industry.

Introdução

As barbáries cometidas nos trotes universitários parecem não encontrar limites para a renovação dos requintes de crueldade que tanto as caracterizam. Em fevereiro de 2009, um calouro de medicina veterinária entrou em coma alcohólico após ter sido chicoteado por seus veteranos¹. A realização de tal atrocidade permite rememorar os lamentos do pai cujo filho foi encontrado morto na piscina do clube da faculdade de medicina, depois de ter recebido o trote de seus veteranos na recepção dos candidatos aprovados no curso de medicina da Universidade de São Paulo em fevereiro de 1999.

Os ecos do desespero do senhor Feng Ming Hsueh, diante da morte de seu filho Edison Tsung-Chi Hsueh, são revitalizados a cada ano que passa e corroboram a decepção desse senhor em relação ao meio universitário, pois, na época, ele mesmo mencionou uma lógica matemática que lhe parecia inquestionável: a violência sempre combina com ignorância, uma vez que pessoas aparentemente cultas teriam que necessariamente ser mais humanas². Mas, então, se a equação entre a moral e a cultura parece ser tão evidente, como explicar que alunos cultos e civilizados poderiam cometer atos tão inacreditavelmente violentos? Essa deveria ser uma prerrogativa daqueles que não tiveram condições de ter uma boa formação cultural, pelos mais variados motivos. Ou seja, os excluídos do processo educacional/formativo é que deveriam ter sido os responsáveis pela morte de Edison, pois, dessa forma, a tragédia poderia adquirir imediatamente sentido. A justificativa do ato criminoso, novamente, aduziria ao ódio daquele que se sentiria marginalizado diante do aluno bem sucedido e, portanto, não teria nada a perder, arriscando-se a cometer um crime, já que não teria mais a perspectiva de uma vida futura mais digna. Mas foram alunos muito bem alimentados, tanto física quanto espiritualmente, os responsáveis pelo crime. Como é possível compreender tamanha inversão?

A incompreensão, o inconformismo e, porque não dizer, a frustração, do senhor Feng Ming Hsueh, que talvez até encontrasse algum consolo apaziguador caso seu filho tivesse sido morto em um assalto nas ruas de São Paulo, mesclam-se à sua perplexidade frente às violências praticadas no solo universitário. Mas os estilhaços das imagens universitárias quebradas, para se fazer uso de uma expressão de Miguel Arroyo (2007), atingem tanto o senhor Hsueh quanto aqueles que se esforçam em se manter aferrados à ilusão de que o espaço universitário deveria ser localizado dentro de uma espécie de esfera de cristal, que os apartariam das atrocidades cometidas na e pela sociedade. É como se a esfera universitária estivesse alheia às diversas formas de violência que pululam em outras instituições sociais, justamente porque se trataria de um espaço consagrado à produção e à disseminação do conhecimento.

Na verdade, o preço que se paga pela manutenção de tal ilusão tem se revelado muito alto, haja vista o fato de que seu custo não pode ser relacionado à contabilidade de um determinado valor, mas, sim, se refere às várias vidas que foram ceifadas, ou, então, violentadas física e psicologicamente, durante toda

a trajetória de aplicação das barbáries cometidas em nome da conservação das tradições do trote universitário.

Este artigo tem como principal objetivo investigar as determinações históricas do trote. Além disso, pretende-se argumentar que, diante da chamada sociedade do espetáculo, a banalização da violência do trote encontra, nas novas tecnologias, um *espaço* bastante profícuo, tanto para ser divulgada, quanto para reforçar o seu recrudescimento, pois, somente, as imagens das barbáries mais cruéis, incluindo as do trote, é que se destacarão frente às demais e, assim, conquistarão a atenção de seus consumidores.

Percursos Históricos do Trote na Vida Universitária

O início das práticas do trote se confunde com as origens da própria universidade. Já nas primeiras universidades europeias pode-se observar a presença de rituais de iniciação na vida universitária, alicerçados na prática de violências físicas e psicológicas em relação aos calouros. Na universidade de Paris, em 1342, foi registrado o primeiro trote aplicado entre alunos franceses e alemães. Além da organização dos mestres e dos estudantes de acordo com as características específicas de cada uma das quatro faculdades, a saber, Teologia, Direito ou Decreto, Medicina e Artes Liberais, tais agentes educacionais se agrupavam conforme suas respectivas nacionalidades e afinidades étnicas e linguísticas. De acordo com Durkheim, as nações tinham a seguinte configuração: “[...] à França estavam ligados todos os países de língua latina; à Inglaterra, todos os países germânicos, de maneira que por meados do século XV, a palavra Germânia substituiu a de Inglaterra; à Picardia, os países baixos” (Durkheim, 2002, p. 97).

De fato, os estudantes de origens francesa e germânica frequentavam as mesmas salas e procuravam demarcar o narcisismo de suas pequenas diferenças, humilhando e agredindo fisicamente aqueles que não eram oriundos de suas respectivas nações. Ou seja, o primeiro registro de trote na história fundamentou-se na necessidade dos alunos franceses e alemães não se identificarem como alunos, pois consolidaram, para fazer uso do conceito freudiano, suas posturas narcísicas por meio do acirramento de suas pequenas diferenças (Freud, 1997). A igualdade da condição de estudante teria que ser negada pela pretensa afirmação de uma ontologia francesa ou germânica. De todo modo, já estavam alinhavadas as condições para que os alunos delimitassem as linhas divisórias das ações dos que já estavam integrados na vida universitária, os chamados veteranos, e os estudantes que estavam em processo de integração, os denominados calouros.

Não se pode desconsiderar o fato de que, em algumas universidades, os candidatos – palavra que deriva do latim *candidus*, ou seja, branco, puro – permaneciam nas antessalas, os chamados vestibulos, que continham as roupas dos seus veteranos, e que as roupas dos novatos eram queimadas e seus

cabelos raspados, pois temia-se que doenças pudessem se propagar, caso tais cuidados não fossem tomados. As medidas profiláticas, que demarcaram a preocupação dos mestres e dos alunos veteranos com seus calouros, também já portavam consigo os sinais de diferenciação qualitativa entre os que, anos mais tarde, seriam identificados como veteranos já civilizados e aqueles que seriam aculturados por meio da repetição de práticas ritualísticas³, cujo cumprimento de todas as etapas os distinguiriam diante da massa de candidatos de cabelos raspados e roupas queimadas.

As demarcações violentas das identidades dos calouros e de seus veteranos adquiriram cada vez mais força com o passar do tempo. Em 1491, os veteranos alemães da universidade de Heidelberg rotulavam o calouro como um animal que precisaria passar por uma série de provações para poder ser considerado civilizado e ter, portanto, o direito de participar da vida universitária. Beber uma taça de vinho com urina, comer salsichas temperadas com fezes de animais, ou mesmo praticar felação e/ou masturbar os veteranos foram algumas de tais provações. No final das etapas desse rito de iniciação, os novatos juravam, diante de seus veteranos, que renovariam o rito em seus calouros no próximo ano. É importante observar, nos trotes cometidos em Heidelberg, a identificação dos calouros com a condição de animais irracionais, que precisariam ser domesticados por seus veteranos, considerados os portadores da cultura.

Não por acaso, etimologicamente a palavra trote, que pode ser observada em alguns idiomas tais como o espanhol *trote*, o italiano *trotto*, o francês *trot* e o alemão *trotten*, remete o pensamento para o sentido do ato de se domesticar, uma vez que a palavra trote alude ao passo que o cavalo aprende a fazer, uma espécie de andar intermediário situado entre o galope e o seu passo habitual. Ou seja, para poder trotar o cavalo necessita ser domesticado. No caso da vida universitária, o veterano da universidade de Heidelberg considerava como sua a missão de domesticar seus novatos, pois se julgava o portador do pensamento e dos atos civilizados. A sua função *humanitária* seria a de propiciar o processo de aculturação do animal calouro, nem que fosse por meio de atos de barbárie. A caracterização do calouro como um animal irracional serviria de justificativa para a aplicação de tais atos bárbaros em nome da edificação de um doloroso, mas eficaz, processo civilizatório. Ao lembrar ao calouro de sua condição de animal, haveria a possibilidade de a razão triunfar, não sem antes degustar do prazer de sadicamente se afirmar diante do sofrimento do calouro, que teria de masoquisticamente se resignar, em silêncio, frente às atrocidades impostas. Este seria o preço a pagar para que ele, na condição de veterano no ano seguinte, pudesse adquirir o direito de se vingar, nos próximos novatos, da dor que tivera que suportar.

A necessidade de distinção entre os atos civilizados e os considerados bárbaros se espria com força, na transição do feudalismo para o capitalismo, e gradativamente, torna-se objeto de reflexão filosófico-pedagógica. No seu conhecido: *Emílio, ou da educação*, Rousseau criticou enfaticamente os hábitos considerados civilizados que afastavam as crianças do contato racional com

suas disposições naturais, a ponto de desfigurar tais disposições. Certas mães parisienses, um dos alvos preferidos de Rousseau, não hesitavam em entregar seus filhos aos cuidados das amas de leite, produzindo, assim, um clima propício para o arrefecimento da disposição natural concernente à capacidade de amar.

Para Rousseau, “[...] o filho deve amar a mãe antes de saber se o deve. Se a voz do sangue não for fortalecida pelo hábito e pelos cuidados, ela se extinguirá nos primeiros anos, e o coração morrerá” (Rousseau, 1992, p. 22). Assim, se a disposição natural de amar da criança não fosse reforçada pelo hábito correto, daí a importância da educação, ela se extinguiria ou, então, seria transferida para outras pessoas, no caso as amas de leite. Mas, em tempos de hegemonia da chamada aparência da moralidade, não era incomum o conluio de mães parisienses com os médicos, para poderem fingir que amamentavam seus filhos (Rousseau, 1992). Alguns anos depois da publicação do *Emílio*, Kant também criticou tal aparência de moralidade no seu livro: *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*:

Mediante a arte e a ciência, nós somos *cultivados* em alto grau. Nós somos *civilizados* até a saturação por toda espécie de boas maneiras e decoro sociais. Mas ainda falta muito para nos considerarmos *moralizados*. Se, com efeito, a ideia de moralidade pertence à cultura, o uso, no entanto, dessa ideia, que não vai além de uma aparência de moralidade (*Sittenähnliche*) no amor à honra e no decoro exterior, constitui apenas a civilização (Kant, 1986, p. 19).

Influenciado pelas reflexões de Rousseau sobre o processo de construção das leis morais, Kant, também, se destacou como um crítico contumaz da chamada aparência de moralidade, pois ilustrou a discrepância entre os comportamentos e os costumes considerados civilizados e a realização efetiva da moral. Ou seja, por detrás do verniz de civilidade, cujo brilho exaltava as boas maneiras e o decoro sociais, havia comportamentos que negavam completamente o desejo kantiano de que a dignidade e a sublimidade se afirmassem pela intervenção do sujeito na elaboração das leis morais (Kant, 1995). O desejo de uma aproximação mais verdadeira, entre a moralidade e as formas de comportamentos consideradas civilizadas, se fundamentava na esperança kantiana de que os interesses mesquinhos seriam solapados, mediante a participação do sujeito na edificação de leis morais benéficas não só para ele, como também para a própria coletividade. Daí a crítica de Kant ao predomínio da aparência de moralidade que se balizava na visibilidade dos chamados bons costumes, os quais, na verdade, seriam bons para satisfazer os escopos egoístas daqueles que dissimulavam ser sujeitos altruístas, mas que, na realidade, estavam longe de sê-lo.

Ora, Kant escreveu tais textos no final do século 18, ou seja, em um período histórico de grandes esperanças, sobretudo a esperança de que a cidadania se tornaria universal pela primeira vez na história da humanidade. Para que a cidadania se universalizasse, seria fundamental que os indivíduos fossem verdadeiramente letrados. Em abril de 1792, Condorcet apresentou à Assembleia nacional francesa seu *Relatório e projeto de decreto sobre a organização*

geral da instrução pública, documento este que continha sua proposta de que o Estado assumisse a responsabilidade de garantir tanto a gratuidade, quanto o acesso universal às escolas. A ideia central de tal documento foi a de que o indivíduo alfabetizado teria muito mais condições de discernir os limites entre a realização de seus direitos e cumprimento de seus deveres, na medida em que se transformasse efetivamente num cidadão (Condorcet, 2008).

A expectativa era de que tal discernimento recrudesceria gradativamente, desde os primeiros níveis de ensino até a universidade. Historicamente, podemos notar como a veracidade dos conteúdos ideológicos da liberdade, igualdade e fraternidade foram concretamente desmentidos, na mesma proporção em que aumentava a distância do fosso social entre os dominantes e os dominados. Seguindo essa linha de raciocínio, a universidade não poderia se tornar alheia ao progresso histórico das forças produtivas que precisou – e precisa – da reprodução da miserabilidade material e espiritual para poder impulsionar seu desenvolvimento. Por mais que nos aferremos à ilusão de que a universidade compreende muito mais a mansidão do éter à linguagem dos homens, para fazer uso do poema de Hölderlin (1994), não há como evitar a dolorosa constatação de que a produção do conhecimento, nas mais variadas áreas, se faz à custa do emprego de violências psicológicas e, em alguns casos, físicas, que teimam em remover o verniz da aparência de moralidade da própria instituição. É nesse contexto que uma questão concernente ao trote se diferencia diante das demais, a saber: Com quem os veteranos aprenderam a se considerar os verdadeiros portadores da cultura, a ponto de se sentirem no direito de domesticar seus calouros, não por acaso chamados de bichos? A análise da história do trote parece corroborar, em termos psicossociais, a relevância do conceito: identificação com o agressor, elaborado por Anna Freud da seguinte maneira:

[...] uma criança introjeta uma certa característica de um objeto causador de ansiedade e, assim, assimila uma experiência de ansiedade que acabou de ser sofrida. Neste caso, o mecanismo de identificação ou introjeção combina-se com um segundo e importante mecanismo. Ao personificar o agressor, ao assumir os seus atributos ou imitar a sua agressão, a criança transforma-se de pessoa ameaçada na pessoa que ameaça (Freud, 1986, p. 96).

Se Anna Freud observou a personificação do agressor como condição fulcral para a realização da chamada identificação com o agressor, talvez não fosse um equívoco asseverar que esse processo pode também ser notado no relacionamento estabelecido entre o aluno universitário e seus professores. As humilhações sofridas, durante o cotidiano das aulas na universidade, – quer sejam elas explícitas, como no caso do professor que chama o aluno de idiota por não saber resolver um problema –, quer sejam um pouco mais dissimuladas, tal como quando o professor escreve na prova do aluno a seguinte indagação: você pensa? – são dolorosa e masoquistamente assimiladas em silêncio.

Cria-se, portanto, um terreno propício para que o ressentimento viceje com todo seu poder, pois a vingança tem que ser adiada em função do medo de uma

possível retaliação do professor. Mas a psicanálise já observara que o ressentimento tende a alimentar cada vez mais o ódio, principalmente quando é reprimido em decorrência de determinadas circunstâncias. Assim, tacitamente o binômio sadomasoquismo também encontra possibilidades de se desenvolver (Freud, 1997). No caso do trote, a vingança finalmente se concretiza, pois, o aluno ameaçado, ao personificar seu agressor, tem a possibilidade de se transformar naquele que ameaça, ao ter seu comportamento sádico legitimado socialmente em nome da existência do trote como uma tradição que precisa ser perpetuada.

Esse processo de integração sadomasoquista na vida universitária é notoriamente ilustrado pelo exemplo da aula-trote, na qual, não por acaso, um veterano representa o papel de professor perante seus calouros e lhes faz exigências descabidas, tais como ler e escrever textos em seis idiomas. Os alunos apavorados – diante do comportamento autoritário do veterano-professor que grita, para que eles fiquem em silêncio e cumpram todas as suas exigências – são, após algum tempo, avisados pelos demais veteranos, até então, escondidos do lado de fora da classe, de que se trata de uma aula-trote. No meio do choro de vários calouros, os veteranos os abraçam e dizem que também passaram por isso. O abraço, nesse caso, é decorrente de uma identificação masoquista, pois os alunos mais velhos, também já, digamos, navegaram no mesmo barco. Só que o sofrimento tem data marcada para ser descontado: no próximo ano, esses mesmos calouros, já na condição de veteranos, terão o direito de se vingar sadicamente da dor que tiveram que masoquistamente suportar.

A análise da aula-trote desvela um aparente paradoxo: ao invés de ser um engodo, ela é, na verdade, uma cifra caricatural das tensas relações, por vezes, estabelecidas entre os alunos e os professores no transcorrer da vida universitária. As palavras de ordem autoritárias do veterano-professor reproduzem as queixas dos alunos concernentes ao professor-veterano, pois cotidianamente os alunos reclamam, por exemplo, da ausência de diálogo entre os professores, a ponto de cada um deles considerar os textos de sua disciplina como os mais importantes do curso e, portanto, como únicos dignos de serem lidos.

A catarse regressiva que resulta da aula-trote, regressiva porque destituída de reflexão sobre esse processo que mescla sadomasoquismo e soberba professoral, antecipa aos calouros alguns dos problemas de relacionamento entre alunos e professores, que acontecerão no cotidiano da vida universitária. E quando a análise do trote envereda para a constatação de tal catarse, torna-se relevante compreender seus rumos na sociedade, cuja dependência do consumo de imagens espetaculares se transforma numa espécie de vício.

O Trote e sua Aplicação na Sociedade do Espetáculo

A realização da aula-trote, e de vários outros tipos de violências psicológicas – tal como obrigar o calouro a pendurar um cartaz de papel-cartolina com o apelido recebido na ocasião do trote e desfilar com tal adereço durante várias

semanas –, consubstancia os trotes cujas consequências resultaram tanto em danos psicológicos, quanto físicos, em centenas de calouros. De fato, a história do trote no nosso país é marcada pela presença de mutilações, de assassinatos e de traumas psicológicos. O primeiro trote, de que se tem notícia no Brasil, foi o aplicado em um estudante da faculdade de direito de Olinda em 1831. Esse estudante reagiu à aplicação do trote e foi morto por um dos seus veteranos. (Mattoso, 1985). De lá para cá, foram muitas as aplicações de trotes tanto em instituições públicas, quanto em instituições privadas, que resultaram em mortes e em humilhações bárbaras. Em março de 1980, o aluno Carlos Alberto de Souza não resistiu aos socos recebidos na cabeça, após ter contrariado seus veteranos, pois não queria que seus cabelos fossem raspados. Em fevereiro de 1994, o aluno G.J.M.B., de 17 anos, foi internado no hospital, após ter sido obrigado pelos seus veteranos a ingerir bebida alcoólica e comer grama com fezes de animais.

Na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós (ESALQ), em Piracicaba, durante a semana da matrícula, o calouro recebe um chapéu, conforme o seu curso, no qual é gravado o seu apelido. Até bem pouco tempo atrás, o calouro recebia um diploma do centro acadêmico, cujos dizeres eram os seguintes: “O calouro x, apelido y, zootecnicamente classificado como uma “besta” e tendo completado seu ciclo biológico, recebe esse diploma que lhe confere o título de *homo sapiens per omnia at semper*” (Almeida; Queda, 2003, p. 37). Nesse caso do trote na ESALQ, não foram veteranos isolados que o praticaram, mas, sim, os veteranos do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, ou seja, uma entidade estudantil que legitima, por meio do *diploma*, o papel do veterano como responsável pelo processo de aculturação dos calouros. Considerados verdadeiras bestas, os novatos obtêm o direito de se transformar em seres humanos para todo o sempre, após o período de provação das barbáries às quais são submetidos, ou mesmo se submetem. Tal servidão voluntária ocorre, porque os calouros, muitas vezes, temem ser rotulados como os estraga-prazeres – principalmente os prazeres derivados da realização de desejos sádicos de seus veteranos – que não consentiram em participar das *brincadeiras* do trote.

Assim, ao invés de terem que suportar tais rótulos até o final do curso, os novatos preferem ser humilhados até serem *libertados*, sintomaticamente, no dia 13 de maio, data da abolição da escravidão. É interessante observar que, em 2003, foi montada na ESALQ uma comissão de recepção dos calouros com o intuito de coibir práticas trotistas, dentre as quais se destacava o uso do chapéu, mas vários alunos protestaram contra as medidas propostas pela comissão de recepção e continuaram a utilizar tal chapéu. Tal como em outras ocasiões, muitos alunos justificaram o uso desse adereço como parte de uma tradição que deveria ser mantida, como se o trote se transformasse numa espécie de imperativo categórico imutável. A absolutização do trote desconsidera que as mesmas pessoas podem criar novas tradições de recepção aos calouros na vida universitária, tradições essas que não sejam pautadas no atual processo de integração sadomasoquista representado pelo trote. Questionamentos como esses auferiram mais forças, sobretudo após a morte do estudante Edison Tsung-Chi Hsueh, fato

esse que provocou uma discussão coletiva sobre o trote, estimulando a promulgação da lei estadual 10.454/99, que proibiu a realização dos trotes nas universidades estaduais. Os artigos foram estabelecidos da seguinte forma:

Artigo 1º. - É vedada a realização de trote aos calouros de escolas superiores e de universidades estaduais, quando promovido sob coação, agressão física, moral ou qualquer outra forma de constrangimento que possa acarretar risco à saúde ou à integridade física dos alunos.

Artigo 2º. - Compete à direção das instituições públicas de ensino superior:

I – adotar iniciativas preventivas para impedir a prática de trote aos novos alunos, segundo disposto no artigo 1º e respondendo a mesma por sua omissão e condescendência;

II – aplicar penalidades administrativas aos universitários que infringirem a presente lei, incluindo expulsão da escola, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis (Brasil, 1999, p. 109)⁴.

A promulgação dessa lei foi uma medida importante, principalmente pelo fato de que as autoridades universitárias não poderiam mais negar a existência das barbáries cometidas durante as recepções dos calouros. Foi também criado um ramal telefônico específico, chamado disque-denúncia, por meio do qual o calouro poderia denunciar às autoridades universitárias os sofrimentos físicos e psicológicos que lhe foram imputados nos trotes. A justificativa de tal serviço se baseou no argumento de que os calouros que se sentissem agredidos física e psicologicamente poderiam denunciar seus veteranos, sem que corressem o risco de serem identificados e, portanto, marcados pelos alunos mais velhos, pois, se não fosse assim, poderiam se tornar alvo de represálias. Mas, o uso de tais medidas possibilitou observar uma mudança significativa na realização dos trotes no solo universitário: ao invés dos veteranos aplicarem os trotes defronte aos prédios de seus respectivos cursos, na ocasião da matrícula dos calouros, eles os transferiram, em grande medida, para as chamadas repúblicas, ou seja, para o interior de suas casas.

Atenta para o fato, a reitoria da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo estendeu a proibição do trote às repúblicas estudantis⁵. Tal iniciativa não dirimiu a realização dos trotes nos interiores das repúblicas. Provavelmente, os veteranos devem ter imaginado que, na intimidade de seus lares, poderiam fazer o que bem entendessem com seus calouros, leia-se, realizar qualquer tipo de barbárie física ou psicológica, uma vez que teriam o direito de fazer o que bem entendessem, pois estavam em suas casas, além de que seriam salvaguardados por conta de um suposto anonimato. Mas há um fato que, aparentemente, contradiz esse desejo de anonimato, e nos conduz a refletir sobre a atualidade do trote como um fenômeno de violência espetacular: muitos estudantes filmam os trotes realizados e enviam suas imagens para o *Youtube*, ou, então, os comentam detalhadamente nas comunidades virtuais dos sítios de relacionamento, tais como o *Facebook* e o *Orkut*.

Dessa forma, o anonimato do trote cometido na república é solapado pela sua *res publica*, ou seja, pela publicização de tais imagens e depoimentos em escala univer-

sal por meio da internet, fato esse que conduz o raciocínio para a análise das atuais formas de sociabilização engendradas por meio do contato com as denominadas novas tecnologias. É notório o modo como o campo de uso do computador não se limita mais a ser uma espécie de máquina de escrever aperfeiçoada, tal como foi caracterizado no seu início, por aqueles que relutavam em não mais fazer uso das máquinas de escrever.

O emprego do computador permite realizar operações de trabalho, de processamento e de transmissão de dados, de televisão, de diversão e, principalmente, ser ou não ser percebido. E esse dilema da ausência ou da presença da própria percepção produz uma ontologia paradoxal, na medida em que “[...] uma existência sem a presença eletrônica é uma *aqui e agora* sem um *aí*, ou seja, trata-se de uma não existência viva” (Türcke, 2002, p. 64). Em tempos de internet, nota-se o modo como determinados tabus são rompidos. Atualmente, o caso do trote ostenta a característica de ser mais uma das formas como o aluno rompe o tabu de desafiar seus educadores, pois o desejo de projetar a sua imagem, ou seus depoimentos, em escala universal torna-se muito maior que o medo de sofrer possíveis punições das autoridades universitárias. O desejo de ser midiaticamente percebido, por meio dos mais variados canais de comunicação, é mais forte do que o medo de sofrer algum tipo de punição. Nesse sentido, ocorre uma inversão da lógica do tabu, lógica essa que foi destacada por Freud no seu livro: *Totem e Tabu*. Para o fundador da psicanálise,

[...] mas uma coisa certamente decorreria da persistência do tabu, a saber, que o desejo original de fazer a coisa proibida deve persistir ainda entre as tribos em causa. Elas devem, portanto, ter uma atitude ambivalente para com os seus tabus. Em seu consciente não existe nada mais que gostassem de fazê-lo do que violá-los, mas temem fazê-lo; temem precisamente porque gostariam, e o medo é mais forte que o desejo [...]. A base do tabu é uma ação proibida, para cuja realização existe forte inclinação do inconsciente (Freud, 1999, p. 41).

Nas chamadas tribos primitivas, o medo da retaliação dos deuses fazia com que o desejo de violar as regras contratuais do tabu fosse reprimido. Não por acaso, o membro da tribo, que ousasse realizar o desejo proibido, acreditava que seria punido por meio de alguma vendeta divina e morria, porque simplesmente deixava de se alimentar, por exemplo. Mas como pensar essa relação entre desejo, medo e tabu na atual sociedade? E mais: quais são os desdobramentos dessa relação, quando o trote universitário é focado como objeto de análise? Para que tais questões possam ser respondidas, tornam-se necessárias algumas ponderações sobre o significado da imagem numa sociedade que tende a espetacularizar todas as ações e os comportamentos humanos.

Na atual sociedade, dificilmente nos recordamos da advertência de Debord de que “[...] o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Debord, 1997, p. 14). A dificuldade de tal lembrança muito se deve ao sortilégio das imagens, as quais seduzem não só nosso aparato sensorio-perceptivo, como também traçam os contornos de nossas fantasias. Essa observação de Debord precisa ser continuamente lembrada,

sobretudo na sociedade cujas relações de produção impingem a necessidade vital de que as imagens de certas mercadorias se tornem mais atraentes do que outras, e assim tenham a chance de ser também mais consumidas, na medida em que se transformam numa espécie de estilo de vida⁶. A recusa ou aceite do fetiche imagético não pode ser imputado exclusivamente ao exercício do suposto livre arbítrio do indivíduo, pois a universalização da lógica da espetacularização da vida é determinada pelo modo como os seres humanos produzem a sua própria existência nessa sociedade do capitalismo transnacional. De acordo com Debord,

[...] considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos – o espetáculo constitui o *modelo* atual da vida dominante na sociedade (Debord, 1997, p. 14).

No caso específico do trote universitário, é interessante observar o modo como sua realização gradativamente vai se subordinando ao imperativo de se tornar cada vez mais espetacular. Não se pode desconsiderar o fato de que não só os calouros, como também muitos de seus pais, exigem dos veteranos a raspagem ou pintura dos cabelos, como sinal de reconhecimento da aprovação no vestibular. Afinal, o rígido tirocínio do estudante, que teve que se concentrar para aprender conteúdos com os quais dificilmente sentira prazer, deveria ser (re)compensado de alguma forma.

Não é fortuita a constatação de que os trotes mais violentos são realizados nos cursos que exigiram dos estudantes maior capacidade de concentração, e isso numa sociedade tal como a nossa na qual a concentração tende a ser pulverizada em decorrência do contato com os convidativos estímulos audiovisuais propagados pelos atuais meios de comunicação de massa. Todavia, era preciso mostrar para todos os vizinhos e parentes que aquelas horas de doloroso sacrifício diante dos livros e apostilas tinham valido a pena. Assim, a expressão *valer a pena* não é, aqui, casualmente empregada, pois a memorização de conteúdos muitas vezes desprazerosos, sobretudo quando aprendidos à revelia, exigiu um nível de disciplinarização do corpo e do espírito que talvez surpreendesse até mesmo Foucault, o autor do capítulo: *Os corpos dóceis*, do livro: *Vigiar e Punir* (Foucault, 1997).

Seguindo essa linha de raciocínio, os sinais da aprovação deveriam ser vistos pelo maior número possível de pessoas. E se tal aprovação no vestibular se referisse a um curso de uma universidade e de uma profissão socialmente valorizadas, tal como medicina, seria o êxtase total. Caso não fosse assim, o regozijo não seria tão prazeroso e, portanto, o desejo de se expor publicamente os sinais da aprovação seria arrefecido. Não por acaso, há alguns atrás os alunos que eram aprovados em cursos e universidades não tão valorizados dificilmente faziam o chamado pedágio⁷ nas esquinas das ruas de suas cidades. Da mesma forma, os dizeres: *Bixo burro* eram geralmente escritos nas testas dos calouros das universidades estaduais ou federais, e não nas testas dos calouros de universidades ou de faculdades particulares, com exceção de algumas confessionais, tais como a Pontifícia Universidade Católica e a Universidade Metodista.

Já na atual sociedade, o desejo de reconhecimento não parece estar tão atrelado ao fato de se ter sido aprovado num curso de uma universidade pública ou particular. Ao acessar o *Youtube*, os vídeos dos trotes aplicados, durante a chamada semana do calouro, se referem tanto aos cursos de universidades públicas quanto particulares. O que chama a atenção na análise de tais vídeos é a forma como as imagens parecem competir entre si com o escopo de conquistar a atenção e, portanto, de serem vistas. Nessa luta titânica, aquelas imagens que são vistas, e vencem tal duelo, são as que mais chocam e as que possuem, portanto, o maior número de visitas. São cenas de tortura, justificadas como brincadeiras inocentes, que fazem parte de uma tradição que não pode ser abandonada, porque é tautologicamente justificada como uma tradição: 1) O calouro, trajando somente um calção, é amarrado numa cadeira, recebe água gelada nos ouvidos e na cabeça e tem que gritar para os seus veteranos que é um bicho⁸; 2) Já em outra república, os veteranos jogam cerveja no chão e obrigam os calouros a bebê-la, ao mesmo tempo em que estes são xingados⁹; 3) Os veteranos agarram o calouro à força e alguns deles aplicam, provavelmente, desodorante aerossol no pênis do novato desesperado que implora para que parem com isso¹⁰.

Essas são descrições de apenas alguns dos trotes aplicados nas repúblicas cujas imagens estão disponíveis, como *res publica*, como coisa pública, a todos que as acessarem. O que mais estarrece é o modo como tais cenas são substituídas por outras, cujas violências física e psicológica precisam ser recrudescidas, caso o contrário correm o risco de não mais serem vistas. Para que o espectador se sensibilize diante da cena de tortura faz-se, cada vez mais, necessário o incremento da agressividade de tais estímulos, o que engendra, paradoxalmente, uma nova forma de dessensibilização, pois os trilhos gastos da consciência precisam de novos lubrificantes violentos, para que possam funcionar novamente. Ou seja, quanto mais se sensibiliza por meio do contato com imagens chocantes, mais se produz a dessensibilização que, por sua vez, é reativada sensivelmente através do consumo de imagens ainda mais impactantes.

Diante de tal processo, nos deparamos com uma espécie de revitalização do mecanismo sadomasoquista da chamada educação por meio da dureza, tal como foi denominada por Theodor W. Adorno no texto: *Educação após Auschwitz*, ou seja, o aluno que não consegue externalizar sua insatisfação com algum professor, em decorrência da possibilidade de sofrer algum tipo de retaliação, internaliza a dor em silêncio para poder, num futuro não muito distante, se vingar desse sofrimento que outrora não pôde manifestar (Adorno, 1971). Daí o caráter sadomasoquista de tal processo *educacional*, pois a dor masoquistamente internalizada poderá ser sadicamente descontada em outros alunos. No artigo: *Sobre a Psicologia da Relação entre Professores e Alunos*, Adorno afirma que:

[...] como se sabe, toda pressão estimula uma contrapressão e o aluno se torna desperto para a resistência [...] Num primeiro momento, o ódio se faz presente em sua forma mais primitiva, ou seja, na resistência simples e imediata diante das influências externas e sobejamente mais fortes. Depois prevalecem outras

de suas derivações, tais como a inveja, o ressentimento e, principalmente, o impulso para a representação, para um jogo de cena (Adorno, 1986, p. 723).

Tal como pôde ser observado anteriormente, há situações nas quais esse jogo de cena se torna mais explícito, ainda que se situe na esfera da representação dos conflitos existentes entre alunos e professores: na aula-trote, o aluno-veterano representa um professor se regozija diante do olhar apavorado dos calouros, frente ao rigor das exigências impostas. Mas, nos dias de hoje, são outras as cenas que mais chamam a atenção, ou seja, a cenas que mais se evidenciam são aquelas cujas violências espetaculares não mais representam simbolicamente as agressões sofridas durante o cotidiano das relações entre professores e alunos nas universidades. No nosso atual contexto, o enfraquecimento da dimensão simbólica¹¹ ocorre na mesma proporção em que aumentam as barbáries reais cometidas nos trotes difundidos via *Youtube*.

Ao consumirmos as imagens de tais cenas estarrecedoras, temos a sensação, nem que seja pelo tempo de poucos segundos, de que se tratam de imagens montadas, frutos de uma representação, mas, na verdade, são cenas reais. É difícil dissimular o desconforto diante de tais atrocidades, mesmo que tenhamos diante de nós a proteção da tela do computador e o conforto de nossas casas. Na atual educação pela dureza, nossa dessensibilização dificilmente é amainada por meio do raciocínio crítico de que o espetáculo das imagens bárbaras dos trotes difundidos no *Youtube* é, na verdade, expressão de um determinado conjunto de relações sociais.

A sedução da violência, presente no trote como fetiche audiovisual, raramente possibilita ao telespectador se interessar pela compreensão da história do trote na universidade. Uma história muitas vezes marcada pelo exercício da soberba intelectual, por parte do professor, bem como do sofrimento contido dos veteranos que, gradativamente, perceberam que poderiam se vingar das humilhações impostas por seus professores, caso se tornassem uma espécie de mestre que teria a prerrogativa de, literalmente, domesticar o calouro, não por acaso chamado de bicho.

Na sociedade em que ser é ser percebido, não interessa conhecer tal história, fato esse que poderia suscitar questionamentos a respeito da pretensa imutabilidade das tradições trotistas. O mais importante é poder exhibir compulsivamente as imagens dos calouros, humilhados e violentados das mais variadas formas, e de ser identificado, e se identificar, como aquele que teve a coragem de emitir tais imagens pela internet. A imperiosa necessidade de impressionar, com o objetivo de ter a confirmação da existência por si mesmo e pelos outros, torna-se a chave de leitura da sociedade do espetáculo hodierna, de tal modo que, também, o trote e seus praticantes se transformam numa espécie de propagandas de si mesmos. Caso não procedam dessa forma, ou seja, se não emitirem as imagens dos maus tratos com os calouros, correrão o risco de não se diferenciarem diante da massa dos alunos-veteranos. Num outro contexto, esse dilema ontoestético foi observado por Türece na sua reflexão sobre o fascínio exercido pelos cartazes publicitários da Benetton:

O cartaz da Benetton, que mostra uma roupa suja de sangue de sérvios fuzilados por soldados bósnios, teve apenas um objetivo: impressionar. Sua violação do tabu representou, antes de tudo, uma rigorosa obediência às leis do mercado [...] quando aquilo que impressiona é considerado bom, pois se torna necessário para a sobrevivência, então o que é impressionável não pode ser ruim. Dessa forma, o bem e o mal se transformam em categorias estéticas; e o estético se transforma no ontológico, na possibilidade de ser ou não ser (Türcke, 1995, p. 217).

Na busca contínua de evidência diante da miríade de veteranos que disponibilizam as imagens dos trotes aplicados nas repúblicas estudantis, o veterano que escreve uma frase explicativa do trote cometido, a qual se torna o subtítulo da imagem postada no *Youtube*, luta para se tornar uma propaganda mais impressionante do que aquelas com as quais concorre. O número de visitas, que é registrado logo abaixo da imagem do trote, serve também como indicativo do sucesso ou do fracasso que tal veterano obteve, ao registrar e divulgar tais imagens pela internet. Na realidade, para ele, pouco importa as consequências legais ou morais de seus atos.

Com efeito, a conversão do bem e do mal em categorias estéticas resulta da subsunção da reflexão moral ao imperativo categórico do impressionar a qualquer custo, nem que seja necessário destacar-se à custa da propagação de mutilações físicas e psicológicas. Ocorre que, atualmente, a difusão de tais horrores não pode se limitar ao círculo de conhecidos, sejam eles familiares, sejam os alunos dos respectivos cursos. As cenas chocantes precisam ser relatadas e visualizadas nas comunidades virtuais e nas imagens do *Youtube*.

Conclusão

É nessa sociedade, cujos produtos da indústria cultural precisam se tornar cada vez mais violentamente espetaculares, para poderem ser consumidos, que faz sentido pensar na inversão da equação freudiana, citada anteriormente, quanto às configurações sociais das relações-tabus: se o membro da tribo primitiva, apesar de desejar intensamente, temia romper o tabu de tocar um objeto proibido, pois o medo era mais forte que o desejo, já na atual sociedade do espetáculo o desejo de ser reconhecido como autor do trote violento suplanta o medo de ser descoberto e sofrer algum tipo de retaliação, principalmente por parte dos representantes das instâncias universitárias.

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se, nesse momento, compreender a razão pela qual os trotes, que são aplicados nas repúblicas estudantis, terem suas imagens filmadas pelas câmeras dos celulares dos veteranos e divulgadas na internet. A princípio, não faria sentido tal exposição imagética, principalmente diante do propósito da aplicação do trote no refúgio silencioso das moradias estudantis e, portanto, distante do solo universitário e das possíveis aplicações de sanções, já previstas por lei, contra as violências físicas e psicológicas cometidas pelos veteranos em seus calouros. Porém, se as atuais aplicações

dos trotes forem consideradas como uma das formas de expressão do dilema ontoestético de que ser se torna cada vez mais ser percebido, então faz sentido a situação *nonsense* de que o desejo de emitir tais imagens chocantes supera o medo de sofrer qualquer tipo de punição das autoridades universitárias.

De todo modo, o sortilégio, que as imagens violentas do trote proporcionam, não pode ser tão hegemônico, a ponto de arrefecer a autocrítica da própria universidade sobre a forma como sua estrutura burocrática flerta, em muitas ocasiões, com posturas autoritárias manifestadas também nas relações estabelecidas entre alunos e professores. Tal como foi observado, a aspiração de se querer dominar e controlar a vontade alheia, a ponto de tal soberba ser exposta no intento de domesticar o novato na vida universitária, esteve presente já nas primeiras universidades europeias.

Contudo, hoje tal pretensão de ser identificado como o portador dos meios, que proporcionarão o processo de aculturação do calouro, não pode se delimitar apenas ao espaço da universidade ou das repúblicas. Ela precisa se vislumbrar principalmente no espaço virtual, o que engendra novas configurações para o trote entendido como processo de integração sadomasoquista na universidade. Assim, a aparência de moralidade, tão criticada por Rousseau e Kant no século dezoito, adquire uma outra tonalidade, na medida em que atualmente prevalece a metamorfose da moralidade em categorias estéticas. É nesse contexto atual, que a transformação do bem e do mal em categorias estéticas se nutre do enfraquecimento da capacidade de simbolização, haja vista o fato de que, no caso dos trotes, as representações das agressões entre alunos e professores na aula-trote são substituídas pelo recrudescimento das barbáries reais, cometidas contra os calouros e postadas nos arquivos eletrônicos do *Youtube*. A realização do silogismo, de que se aquilo que impressiona é considerado bom, pois se torna necessário para a sobrevivência, então o que é impressionável não pode ser ruim, cobra um preço muito alto no caso do trote universitário, a saber: a propagação de violações físicas e psicológicas que são usufruídas na forma de fetiches audiovisuais cada vez mais agressivos.

Apesar da potência de todos os meios de comunicação de massa que propagandeam o quanto nos tornamos civilizados – o que inclui também a promessa de felicidade de construção de uma vida mais próspera e humana, em virtude da realização de um curso universitário – ainda falta muito para nos considerarmos moralizados, ao menos no sentido que Kant empregou para a palavra moral. Mas, enquanto as palavras do senhor Feng Ming Hsueh, referentes ao seu inconformismo diante do fato de que seu filho foi morto na universidade e não na rua, ecoarem também através desses mesmos meios de comunicação, talvez ainda haja espaço para alguma esperança; a esperança de que a universidade e seus agentes se sintam estimulados a fazer autocrítica da forma como propagam essa violência no transcorrer das relações estabelecidas no cotidiano da vida universitária.

Recebido em maio de 2010 e aprovado em junho de 2010.

Notas

- 1 Nessa data, um calouro do curso de medicina veterinária da universidade Anhanguera Educacional, em Leme, foi internado em coma alcoólico após receber um trote. Seus veteranos o obrigaram a entrar numa lona que continha restos de animais em decomposição, fezes e esterco. Logo após foi submetido a uma sessão de chicotadas feita por um grupo de veteranos (Simionato, 2010).
- 2 O desapontamento de Feng Ming Hsueh em relação à universidade foi exposto da seguinte forma: “Sabia, sim, que jovem sem instrução é violento, não tem cabeça. Mas pensava que estudante de medicina, aluno da USP conhece o certo e o errado. Se estudou mais, deve ser mais humano, mais educado, mais familiar. É uma lógica matemática. Não sabia que na faculdade meu filho ia encontrar mesmo perigo da rua” (Almeida; Queda, 2010).
- 3 O ato de compartilhar um mundo de significados e papéis, por meio da repetição de determinados atos, a ponto de delimitar as características identitárias do particular e do coletivo foi denominado como rito por Cazeneuve, sendo que tal cerimonial, “[...] nas instituições modernas, marca a abertura de uma assembleia parlamentar ou a sessão inaugural do ano universitário” (Cazeneuve, 1957, p. 12).
- 4 Esta lei, de autoria do deputado estadual Faria Júnior (PMDB), foi publicada no Diário Oficial do Estado.
- 5 Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/cidades/2001/not20010205p16807.htm>>.
- 6 No livro: *Sem Logo*, Naomi Klein destaca a intenção dos publicitários da marca Nike de que ela não mais apenas representasse uma marca de artigos esportivos, mas, sim, se transformasse na própria definição do que seria praticar esporte (Klein, 2003).
- 7 Durante a prática do pedágio, o calouro espera aparecer o sinal vermelho dos semáforos e depois pede aos motoristas uma contribuição em dinheiro, que geralmente é entregue para seus veteranos como parte do trote sofrido.
- 8 Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=u_FrV4Dku8U>.
- 9 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=48peH4o6CVI&NR=1>>.
- 10 Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=A1o9Bc90e8E&feature=related>>.
- 11 Sobre o enfraquecimento da dimensão simbólica no contexto das redes de relacionamento virtuais e do Youtube, conferir o terceiro capítulo do livro de Zuin (2008). Tal enfraquecimento também foi observado por Postman como consequência do esfacelamento da linha divisória entre a infância e a fase adulta no livro: *O Desaparecimento da Infância* (Postman, 2005).

Referências

- ADORNO, Theodor Wisengrund. *Erziehung nach Auschwitz*. In: ADORNO, Theodor Wisengrund. **Erziehung zur Mündigkeit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1971. P. 88-105.
- ADORNO, Theodor Wisengrund. *Zur Psychologie des Verhältnisses von Lehrer und Schüler*. In: ADORNO, Theodor Wisengrund. **Gesammelte Schriften**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1986. P. 715-729.

- ALMEIDA, Antonio; QUEDA, Oriovaldo. **Trote na ESALQ**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2003.
- ALMEIDA, Antonio; QUEDA, Oriovaldo. **Depoimento de Feng Ming**. 1. ed.: São Paulo: 2010. 1 página. Disponível em: <<http://www.antitrote.org/depoimentos/?id=3>>. Acesso em: 2 abr. 2010.
- ARROYO, Miguel. **Imagens Quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRASIL. Lei 10.454, de 20 de dezembro de 1999. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, Poder Executivo, Seção 1, 109 (240), 21 dez. 1999.
- CAZENEUVE, Jean. **Sociologia do Rito**. Porto: Rés-editora, 1957.
- CONDORCET, Jean Antoine-Nicolas de Caritat. **Cinco Memórias sobre a Instrução Pública**. São Paulo: Unesp, 2008.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DURKHEIM, Emile. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FREUD, Anna. **O Ego e os Mecanismos de Defesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- HÖLDERLIN, Friedrich. **Canto do Destino e Outros Cantos**. São Paulo: Iluminuras, 1994.
- KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Porto: Porto, 1995.
- KLEIN, Naomi. **Sem Logo**: a tirania da marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.
- MATTOSO, Glauco. **O Calvário dos Carecas**: história do trote estudantil. São Paulo: EMW, 1985.
- POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2005.
- SIMIONATO, Maurício. **Aluno Diz que Foi Chicoteado Durante Trote em Leme (SP)**. 1. ed. São Paulo: 2010, 1 página. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u502182.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2010.
- TÜRCKE, Christoph. Sensationsgesellschaft: ästhetisierung des daseinkampfs. In: SCHWEPPEHÄUSER, Gerard; WISCHKE, Mirko. **Impuls und Negativität**: ethik und ästhetik bei Adorno. Hamburg: Argument Verlag, 1995. P. 215-227.
- TÜRCKE, Christoph. **Erregte Gesellschaft**: Philosophie der Sensation. München: C. H. Beck, 2002.
- ZUIN, Alvaro A. S. **Adoro Odar Meu Professor**: o aluno entre a ironia e o sarcasmo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 2008.

Antonio Alvaro Soares Zuin é professor associado do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. É pesquisador 1C do CNPq e assessor da FAPESP. Coordena o grupo de pesquisa: *Teoria Crítica e Educação – UFSCar*.
E-mail: dazu@ufscar.br